

SUMÁRIO

Introdução	17
Capítulo I – Teoria Geral do Processo Administrativo Tributário	19
1. <i>Tutela jurídica</i>	19
2. <i>Tributação e o paradigma constitucional do estado democrático de direito</i>	21
3. <i>Direito substancial e direito processual</i>	25
4. <i>Direito constitucional processual</i>	28
5. <i>Princípios</i>	31
5.1 Princípios gerais	34
5.1.1 Igualdade	34
5.1.2 Legalidade	35
5.1.3 Devido processo legal	36
5.1.3.1 Ampla defesa	38
5.1.3.2 Contraditório	39
5.2 Princípios específicos	40
5.2.1 Legalidade objetiva	40
5.2.2 Oficialidade	41
5.2.3 Informalidade	41
5.2.4 Verdade material	42
5.2.5 Princípio inquisitivo	43
5.2.6 Revisibilidade	44
6. <i>Natureza jurídica</i>	45
7. <i>Processo e procedimento</i>	46
8. <i>Objeto</i>	49
9. <i>Relação jurídica</i>	50
10. <i>Eficácia</i>	53
11. <i>Interpretação</i>	55
Capítulo II – Atos Administrativos Tributários	59
1. <i>Atos administrativos</i>	59
1.1. Conceito	59
1.2. Requisitos e Atributos	60
1.3. Discricionariedade administrativa	63
1.4. Espécies	67
2. <i>Ato e procedimento</i>	68
3. <i>Vícios e consequências</i>	70

4. Revisão dos atos	74
5. Extinção dos atos	78
Capítulo III – Consultas Tributárias	83
1. Direito à consulta tributária	83
2. Agentes	89
3. Objeto e forma	92
4. Efeitos	95
Capítulo IV – Fases do Processo Administrativo Tributário	99
1. Controle da legalidade	99
2. Histórico	107
3. Impugnação ou reclamação	114
4. Julgamento singular	117
5. Recursos – revisão	118
6. Requisitos das decisões administrativas tributárias	124
6.1 Motivação e publicidade	124
6.2 Imparcialidade	127
7. Inscrição em dívida ativa	128
8. Importância do processo administrativo tributário	130
Capítulo V – Competência dos Órgãos Julgadores Administrativos Tributários	137
1. Constitucionalidade e legalidade	137
2. Efeitos da decisão	144
3. Decisão administrativa e ação judicial	148
Capítulo VI – Provas	163
1. Poderes de cognição dos julgadores	163
2. Meios de prova	166
2.1 Conceito	167
2.2 Prova eletrônica	170
2.2.1 Prova magnética	170
2.2.2 Prova digital	171
2.3 Prova emprestada	172
2.4 Prova ilícita	174
3. Ônus da prova	174
4. Presunções	178
5. Perícia e diligência	181
Capítulo VII – Controle Jurisdicional da Administração Tributária	185
1. Controle judicial	185
2. Mandado de segurança	191
Conclusões	203
Bibliografia	211